

RTA-106-2019

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo
dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar -
GPATIVA**

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2018 e de 2017 e o relatório dos
auditores independentes**

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPATIVA**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e o relatório dos auditores independentes**

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	10
1 Contexto operacional.....	10
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis.	10
3 Composição do caixa e equivalentes de caixa	14
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez	14
5 Títulos e valores mobiliários	15
6 Operações de crédito.....	15
7 Outros créditos	17
8 Imobilizado de uso	18
9 Intangível	18
10 Outras obrigações	18
11 Passivos contingentes.....	19
12 Patrimônio líquido	19
13 Dispêndios administrativos.....	21
14 Dispêndios de pessoal e honorários	21
15 Seguros contratados	21
16 Instrumentos financeiros.....	22
17 Partes relacionadas.....	22
18 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos.....	24

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Aos cooperados e administradores da

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPATIVA
São Paulo SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPATIVA (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPATIVA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 23 de fevereiro de 2018, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 1º de março de 2019.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3



Hélio Mazzi Júnior

CRC 1SP189107/O-3

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar – GPATIVA

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>		<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo				Passivo			
Circulante		68.892	70.829	Circulante		14.409	18.412
Disponibilidades	3	671	1.366	Outras obrigações	10	14.409	18.412
Títulos e valores mobiliários	4	21.116	42.446				
Relações interfinanceiras	5	1	3	Não circulante		1.734	-
Operações de crédito	6	39.950	21.813	Exigível a longo prazo			
Outros créditos	7	7.154	5.201	Outras obrigações	10	1.734	-
Não circulante		12.444	2.320	Patrimônio líquido	12	65.193	54.737
Realizável a longo prazo				Capital social		57.018	50.596
Operações de crédito	6	11.389	1.544	Reserva legal		3.770	3.278
Imobilizado de uso	8	233	6	Sobras acumuladas		4.405	863
Intangível	9	822	770				
Total do ativo		81.336	73.149	Total do passivo e patrimônio líquido		81.336	73.149

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPATIVA

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ingressos da intermediação financeira		8.882	8.286
Operações de crédito		7.150	4.357
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	1.732	3.929
Dispêndios da intermediação financeira		(391)	(154)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6d	(391)	(154)
Resultado bruto da intermediação financeira		8.491	8.132
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		(3.592)	(3.374)
Dispêndios administrativos	13	(1.502)	(739)
Dispêndios de pessoal e honorários	14	(1.543)	(1.778)
Dispêndios tributários		(18)	(500)
Outros ingressos operacionais		11	61
Outros dispêndios operacionais		(540)	(418)
Resultado operacional		4.899	4.758
Resultado não operacional		92	74
Resultado antes da tributação		4.991	4.832
Imposto de renda e contribuição social		(40)	(1.655)
Resultado antes das participações estatutárias		4.951	3.177
Participações estatutárias nas sobras		(88)	-
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre o capital integralizado		4.863	3.177
Juros sobre o capital	12(i)	540	-
Sobra líquida do exercício		5.403	3.177

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPATIVA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	49.878	3.176	1.508	54.562
Integralizações de capital	12.313	-	-	12.313
Devoluções de capital	(11.595)	-	-	(11.595)
Transferência das sobras de 2016 para o FATES	-	-	(1.508)	(1.508)
Sobras líquidas do exercício	-	-	3.177	3.177
Destinação para reserva legal	-	102	(102)	-
FATES - cooperados	-	-	(51)	(51)
FATES - não cooperados	-	-	(2.161)	(2.161)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	50.596	3.278	863	54.737
Aumento do FATES com sobras	-	-	(690)	(690)
Aumento de reserva com sobras	-	173	(173)	-
Reversão da reserva legal	-	(162)	162	-
Sobras de exercícios encerrados	-	-	159	159
Integralizações de capital	16.085	-	-	16.085
Devoluções de capital	(10.123)	-	-	(10.123)
Juros ao capital	460	-	(540)	(80)
Sobra líquida do exercício	-	-	5.403	5.403
Destinação para reserva legal	-	481	(481)	-
FATES – cooperados	-	-	(241)	(241)
FATES - não cooperados	-	-	(57)	(57)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	57.018	3.770	4.405	65.193

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPATIVA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

	2018	2017
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(27.305)	118
Sobra ajustada do exercício	5.290	1.824
Sobra líquida do exercício	5.403	3.177
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	391	154
Distribuição de sobras para o FATES	(690)	(1.508)
Depreciações e amortizações	186	1
Redução (aumento) nos ativos	(30.326)	274
Operações de crédito	(28.373)	284
Outros créditos e outros valores e bens	(1.953)	(10)
Aumento (redução) nos passivos	(2.269)	(2.036)
Outras obrigações	(2.269)	(2.036)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(465)	(770)
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(465)	(770)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	5.743	718
Integralizações de capital	16.085	12.313
Devoluções de capital	(10.123)	(11.595)
Juros sobre o capital	(540)	-
Utilização da reserva e outros	321	-
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(22.027)	10
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	43.815	43.805
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	21.788	43.815
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(22.027)	10

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPATIVA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPATIVA situada na Av. Brigadeiro Luiz Antônio, nº 3.172, foi constituída em 14 de outubro de 1974, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Lei nº 5.764/1971 pela Lei Complementar nº 130/2009 e das disposições da Lei 4.595/19464, e tem por objetivo a educação cooperativista e financeira dos seus associados.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução nº 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN).

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento (CPC 00 (R1), 01 (R1), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27 e 33 (R1)).

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 1º de março de 2019.

b Reapresentação de informações comparativas

As demonstrações financeiras da Cooperativa referentes ao exercício anterior, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, estão sendo reapresentadas para fins de comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício atual e atendimento aos requisitos previstos na Resolução nº 3.604/2008, do BACEN.

c Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

c.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

c.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

c.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa, são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

c.5 Operações de crédito

As operações de crédito são representadas por empréstimos aos associados, acrescidos de encargos, taxa de administração e taxa de atualização previstos na política de empréstimos da Cooperativa e são classificados quanto ao nível de risco de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções nºs 2.682/1999 e 2.697/2000 do Conselho Monetário Nacional, conforme demonstrado na nota 6a.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos, levando-se em consideração a análise das garantias, dos riscos e atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme determina a Resolução nº 2.682/1999 do BACEN, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H) e estão demonstradas na nota 6b.

c.6 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

c.7 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

c.9 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

c.10 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

c.11 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

c.12 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

c.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para a contribuição social - 17%. A sobra apurada em operações realizadas com cooperados é isenta de tributação.

c.14 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução nº 3.604/2008 do BACEN.

Descrição	2018	2017
Disponibilidades	671	1.366
Aplicações interfinanceiras de liquidez	21.116	42.446
Títulos e valores mobiliários	1	3
	21.788	43.815

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2018	2017
Letras do tesouro nacional	<u>21.116</u>	<u>42.446</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as aplicações interfinanceiras de liquidez da Cooperativa estavam compostas por títulos de Letras Financeiras do Tesouro, com remuneração de, aproximadamente, 96% do CDI.

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 1.732 mil (R\$ 3.929 mil em 2017).

5 Títulos e valores mobiliários

Descrição	2018	2017
Cotas de fundos de investimento	<u><u>1</u></u>	<u><u>3</u></u>

Refere-se a cotas de fundos de investimentos no Banco do Brasil S/A. A manutenção dessa conta e aplicação é motivada pelo pagamento da previdência privada dos colaboradores.

6 Operações de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	40.355	11.459	51.814	22.111	1.553	23.664
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(405)	(70)	(475)	(298)	(9)	(307)
	<u><u>39.950</u></u>	<u><u>11.389</u></u>	<u><u>51.339</u></u>	<u><u>21.813</u></u>	<u><u>1.544</u></u>	<u><u>23.357</u></u>

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2018			2017		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	50.988	50.988	-	23.326	23.326
B	1,0	-	-	-	10	24	34
C	3,0	39	260	299	11	20	31
D	10,0	40	133	173	-	-	-
E	30,0	51	108	159	62	55	117
F	50,0	30	29	59	-	-	-
G	70,0	39	27	66	5	1	6
H	100,0	55	15	70	148	-	150
		254	51.560	51.814	236	23.428	23.664

c Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	2018	2017
2019	-	1.544
2020	9.576	1
2021	1.876	1
2022	1	1
2023 a 2028	6	6
	11.459	1.553

d Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	(307)	(661)
Créditos baixados para prejuízo	223	508
Constituição da provisão	(391)	(154)
Saldo final	<u>(475)</u>	<u>(307)</u>

e Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2018, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 366 mil (R\$ 153 mil em 2017). Em 2018, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 11 mil (R\$ 290 mil em 2017), registrados em outros ingressos operacionais.

7 Outros créditos

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adiantamentos diversos	12	18
Títulos e créditos a receber (i)	7.137	5.179
Devedores diversos no país	5	4
	<u>7.154</u>	<u>5.201</u>

(i) Trata-se de recebimentos de empréstimos e integralizações mensais, que são descontados em folha de pagamento e repassados à Cooperativa no mês subsequente.

8 Imobilizado de uso

Descrição	Taxa anual de depreciação	2018		2017	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	144	(13)	131	-
Móveis e equipamentos	10%	101	(8)	93	2
Sistema de processamento de dados	20%	13	(4)	9	4
		258	(25)	233	6

9 Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	2018		2017	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Outros Ativos intangíveis	20% a 33%	985	(163)	822	770

Trata-se substancialmente, do projeto para expansão registrado no montante de R\$580 mil e do software operacional da Cooperativa (TESF – Tecnologia Para o Sistema Financeiro), registrado no montante de R\$ 394 mil.

10 Outras obrigações

Descrição	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	14	-	14	5
Sociais e estatutárias:				
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	13.836	-	13.836	17.685
Cotas de capital a pagar	230	-	230	151
	14.066	-	14.066	17.836
Fiscais e previdenciárias:				
Impostos e contribuições a recolher	187	-	187	388
Diversas:				
Provisão para pagamentos a efetuar	135	-	135	107
Provisão para passivo contingente (ii)	-	1.734	1.734	-
Credores diversos no País	7	-	7	76
	142	1.734	1.876	183
	14.409	1.734	16.143	18.412

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 12 b(ii)).

(ii) No exercício de 2018, a Cooperativa constatou pagamentos indevidos e a maior de tributos federais, sendo objetos de pedidos de compensação do Imposto de Operações Financeiras – IOF, no período. Desse modo, foi registrado o montante de R\$ 1.734 mil referente a tributos já compensados, mas ainda não homologados pela Receita Federal.

11 Passivos contingentes

A cooperativa possui um processo cível e um trabalhista em andamento, nos montantes de R\$ 37 mil e R\$ 13 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018. A Cooperativa decidiu, com base na opinião de seu assessor jurídico, que indica perda possível, mas não provável, em não registrar qualquer provisão para contingências em face desse assunto.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

12 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 85.675 e 79.203 cooperados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas partes.

No exercício de 2018, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 16.085 mil (R\$ 12.313 mil em 2017), e também ocorreram devoluções em 2018, no montante de R\$ 10.123 mil (R\$ 11.595 mil em 2017).

O capital social é de R\$ 57.018 mil e de R\$ 50.596 mil em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2018 e de 2017, conforme Estatuto Social, tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2018	2017
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	5.403	3.177
Destinações estatutárias:		
Reserva legal – 10% (ii)	(481)	(102)
FATES – 5% (iii)	(241)	(51)
Transferido para FATES (iv)	(57)	(2.161)
Reversão da reserva legal	162	-
Juros sobre o capital (i)	(540)	-
Sobras de exercícios encerrados	159	-
Sobras à disposição da Assembleia Geral	4.405	863

- (i)** Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, a serem propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2018, foi aprovado a remuneração das cotas capital dos cooperados. O montante a ser capitalizado de R\$ 540 mil, foi contabilizado como “Capital social”, conforme determinação do plano de contas do COSIF. Adicionalmente, conforme determinado pela Circular nº 2.739 do BACEN, os juros sobre o capital integralizado foram registrados no resultado do exercício, como “Outros dispêndios operacionais”, e ajustados ao final da demonstração de sobras para ser reapresentado como destinação das sobras do exercício na demonstração das mutações do patrimônio líquido. No exercício de 2017, as cotas de capital não foram remuneradas.
- (ii)** 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- (iii)** 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados da Cooperativa, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 10 (ii)).
- (iv)** Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES).

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de abril de 2018, foi aprovada a destinação no montante de R\$ 690 mil das sobras acumuladas do exercício de 2017 para o FATES e o restante de R\$ 173 mil para a reserva legal.

13 Dispêndios administrativos

Descrição	2018	2017
Serviços técnicos especializados	(669)	(405)
Desenvolvimento e manutenção de sistemas	(259)	(115)
Depreciações e amortizações	(186)	(1)
Despesas OCESP	(112)	-
Outros	(276)	(218)
	(1.502)	(739)

14 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	2018	2017
Proventos	(1.078)	(1.105)
Encargos sociais	(363)	(608)
Benefícios a empregados	(102)	(65)
	(1.543)	(1.778)

15 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

16 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e operações de crédito.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

17 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria e Conselho Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Diretoria

	R\$ Mil			R\$ Mil		
	31.12.2018	Total da Conta	%/Total	31.12.2017	Total da Conta	%/Total
Empréstimos	-	51.814	-	2	23.664	-
Capital Social	7	57.018	-	10	50.596	-
Remuneração	-	-	-	-	-	-

Conselho Fiscal

	R\$ Mil			R\$ Mil		
	31.12.2018	Total da Conta	%/Total	31.12.2017	Total da Conta	%/Total
Empréstimos	-	51.814	-	1	23.664	-
Capital Social	8	57.018	-	11	50.596	-
Remuneração	-	-	-	-	-	-

Gerência

	R\$ Mil			R\$ Mil		
	31.12.2018	Total da Conta	%/Total	31.12.2017	Total da Conta	%/Total
Empréstimos	-	51.814	-	-	23.664	-
Capital Social	1	57.018	-	-	50.596	-
Remuneração	191	1.078	18	186	1.105	17

A Cooperativa possui relação transacional com o Grupo Pão de Açúcar, decorrentes da associação dos funcionários. Entre as obrigações do Grupo Pão de Açúcar com essa relação, estão os repasses para a Cooperativa, de valores correspondentes a integralização de capital e quitação de parcelas de empréstimos, cujos descontos ocorrem em suas folhas de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as transações por empresas estão demonstradas no quadro a seguir:

Empresa	R\$ Mil	
	2018	2017
	Transferências	Transferências
Cia Brasileira de Distribuição	55.459	51.881
Assai	16.213	-
Comprebem	214	-
Greenyellow BR EM SERV Ltda	46	24
CNOVA Comercio Eletronico S/A	43	346
Via Varejo	36	118
Novac Comercial Ltda	27	28
Coop Econ e CredM Empr GPA	23	(5)
Instituto P.A. Desenv. Humano	17	27
MóveisBartira	4	-
GPA Malls & Properties	1	9
Sendas Distribuidora S/A	-	9.521
E-Hub Consultoria Participação e Com	-	15
GPA Logistica Transporte Ltda	-	15
	72.083	61.979

18 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão de risco da entidade é definida na política que atende aos requisitos predefinidos nas Resoluções nº 4.557/2017 e Resolução 4.606/2017 do BACEN e visa direcionar a estrutura integrada e simplificada de gerenciamento contínuo de riscos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que a Cooperativa está exposta de maneira relevante.

a Risco operacional

A gestão de risco operacional é definida como gerenciamento da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição inclui o controle do risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Cooperativa

Em atendimento à Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, a Cooperativa mantém processo de gerenciamento de risco operacional que inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método de apuração de não conformidades que geram perdas, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios.

Estas atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo:

Diretoria Executiva

É responsável pelo cumprimento das políticas, normas e metodologias aplicáveis para o monitoramento e gerenciamento dos riscos, pela propositura de projetos e ações mitigadoras de riscos, bem como pela implementação de suas deliberações.

É responsável por avaliar as políticas, normas e metodologias de monitoramento dos riscos, aprovar as estratégias e as políticas para o adequado gerenciamento dos riscos e supervisionar a sua observância e implementação, em conformidade com os normativos aplicáveis.

Diretor Responsável

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos operacionais e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.

Gestor de Risco Operacional

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável por monitorar, controlar e acompanhar os indicadores de riscos instituídos pela Cooperativa, avaliar sistematicamente os processos e propor novos pontos de controle relacionados aos riscos, sempre que necessário.

b Risco de mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, define como risco de a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Estão incluídos nesta definição os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O processo de gerenciamento de risco de mercado inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método alinhado ao mercado, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios. As atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo:

Diretoria Executiva

Responsável por aprovar a política de Gerenciamento Integrado e Contínuo de Riscos e avaliá-la no mínimo, uma vez ao ano, verificando e revisando a sua eficácia, e propondo melhorias ou adequações para atingir o objetivo proposto.

Diretor Responsável

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos de mercado e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.

Gestor de Risco de Mercado

O Coordenador Financeiro é responsável pela mensuração, monitoramento e controle do risco de mercado, bem como responsável pela consolidação e apresentação de relatórios, quando necessário.

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável pela remessa de informações ao BACEN de que trata a legislação vigente.

Admite-se que o gestor de risco de mercado seja o mesmo de risco operacional, desde que uma atividade não atrapalhe a outra e haja relação harmoniosa entre ambas, visto a estrutura de cooperativa.

Objetivando a contingência do Gestor de Risco, numa eventualidade assume sua função o Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT), que será treinado em tempo hábil e receberá informações do processo periodicamente.

c Risco de crédito

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, permitir a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados a Cooperativa.

As formas de pagamento dos empréstimos são consignação em folha de pagamento, nos casos de quitação antecipada, são efetuados via depósito em conta corrente da Cooperativa. Foi contratado sistema de automação de cooperativas de crédito que gera análise dos riscos, considerando pontuação obtida nas variáveis da avaliação cadastral, conforme Tabela “Análise de Rating, e são efetuadas avaliações do risco da operação.

A classificação das operações nos níveis de risco da Cooperativa será revista mensalmente e classificado conforme disposto na Resolução nº 2.682/1999.

d Risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, trata da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações”.

Caberá à Diretoria Executiva rever as políticas de captação e de liberação de crédito para adequações condizentes com a realidade econômica e financeira da Cooperativa pelo período necessário ao equilíbrio financeiro

e Risco socioambiental – PRSA

A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental previsto na Resolução nº 4.327/2014 do BACEN, deve conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.

f Risco de Capital

O conceito de risco de capital não compõe o conteúdo do Manual de Controles Internos da Cooperativa (classificada como Cooperativa Capital/Empréstimo), uma vez que é obrigatório somente para Cooperativas Plenas conforme previsto artigo 40 §2º e 3º da Resolução 4.557/2017, do BACEN.

Antônio Sérgio Salvador dos Santos
Diretor Presidente

Valeria Machado da Costa Mesquita
Contador CRC 1SP 193.225/O-3

*** fim ***